

REFLEXÃO AMBIENTAL NO VIÉS DA PAISAGEM GEOMORFOLÓGICA . ESTADO DE MATO GROSSO. BRASIL

Bordest, Suíse¹

Introdução

Nesta comunicação objetiva-se contribuir com uma reflexão ambiental referente a alguns aspectos da paisagem geomorfológica no Estado de Mato Grosso, Brasil. Uma das premissas constitui-se no reconhecimento da indissociabilidade de múltiplas e complexas relações de aspectos naturais, econômicos, sociais, ecológicos, legais, políticos e culturais, os quais estão encerrados na questão do meio ambiente.

Como geógrafos/as educadores/as ambiental, preocupamo-nos com o debate atual sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Mato Grosso. E, no interior desse debate, inquietam-nos algumas questões de cunho geográfico, que pela sua complexidade exigem maiores reflexões. Nesse contexto, o destaque recai sobre a especificidade da relação entre as feições geomorfológicas (relevo terrestre) e o turismo e, por extensão, sobre o turismo que se quer para Mato Grosso no tocante a sua eficácia ambiental. (BORDEST, 2008)

No contexto do GPEA - Grupo Pesquisador de Educadores Ambientais, ao qual nos integramos, tais reflexões, juntam-se a muitas outras para a mobilização de educadores/as ambientais na discussão do referido processo político, que ocorre no Estado.

Desde a Conferência Mundial do Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, discute-se a contribuição da Educação Ambiental na resolução de complexos fenômenos sociais, com características singulares, porém interligados ao panorama social mais amplo, por meio de ascensão do neoliberalismo, globalização, reconfiguração do papel do Estado etc. Tais processos tornaram-se mais expressivos a partir da década de 1990, incidindo-se nas mais diferentes esferas do tecido social, sobretudo nas dinâmicas econômica, política, cultural e social, tendo um alcance significativo no campo da educação formal e não formal (Apresentação do IV Simpósio Internacional. O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente, ocorrido em 2008).

Comungamos com o pensamento de Lima e Copello (2007) sobre a idéia de que, ao se propor e buscar a realização de uma discussão democrática, aberta e sem preconceitos, abrem-se oportunidades para a formação de cidadãos e cidadãs, que, de posse de informações sobre determinadas situações, podem se posicionar e, inclusive, propor ações sobre a validade e a adequação de avanços para suas vidas.

A atual Proposta de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico para o estado de Mato Grosso, iniciada na década de 1980, está sob a coordenação de órgãos como a SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso) e SEPLAN (Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso), encontrando-se em fase de discussão com a sociedade civil, através de seminários e audiências públicas promovidos pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

Considerando que o Zoneamento é um dos instrumentos da política de planejamento e ordenamento do Estado, entende-se que a participação no processo implica também o exercício da cidadania. Este configura um momento oportuno para refletirmos com pesquisadores/as de diferentes áreas do conhecimento e para lembrarmos que ao longo de séculos a Natureza foi transformada em mero objeto de manipulação à disposição da razão humana. Propício também para esclarecer a população em geral acerca desse fato, bem como para acatar ou contestar idéias dos detentores do Poder Legislativo e Executivo do estado, que buscam o respaldo da sociedade. Na esteira das citações introdutórias deste texto, alguns aspectos de feições geomorfológicas e questões turísticas no estado de Mato Grosso merecem uma reflexão na transversalidade da Educação Ambiental. Este constitui em um momento favorável para pensarmos nas palavras de Grün (2007): “a visão das paisagens e dos lugares de modo mecânico e sem vida levaram a uma completa separação entre os seres humanos e o ambiente.”

1- Referencial Teórico e delineamento de procedimentos

Nossa participação na referida Proposta de Zoneamento, encontra sustentação teórica em Grün (2007) ao defender o resgate da humildade, do respeito e do diálogo com a Natureza para a compreensão dos problemas ambientais que estamos vivendo. Também, no pensamento crítico de Loureiro (2007) acerca da questão ambiental, para quem “o atual estágio de desenvolvimento de modo de produção capitalista atingiu patamares de destruição ambiental, não experimentado em nenhuma outra fase da história da humanidade.”

Considerando-se os objetivos da pesquisa, buscamos fundamentos em aspectos conceituais e na abordagem do pensamento crítico, que pressupõe uma tomada de posição de responsabilidade para consigo próprio, com os outros e para com o ambiente. Adotamos como procedimentos de coleta os seguintes passos: concomitantemente a uma *revisão* bibliográfica e em dados cartográficos sobre o relevo e estudos sobre o turismo no Estado, buscamos na medida do possível acompanhar as audiências públicas de modo presencial ou pela TV Assembleia, instaurando o diálogo entre pares educadores, embora de diferentes áreas de conhecimento, para discutirmos os resultados parcialmente obtidos. Antevimos a validade em reunirmos com pessoas interessadas no assunto, para ouvir e registrar idéias, para possivelmente transformá-las em propostas.

Como nos lembra Carvalho (2004), para uma educação ambiental crítica, a prática educativa é a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social historicamente situado.

2- Discussão e Resultados.

A busca de subsídios teóricos sobre o tema encaminhou-nos para uma variedade de aspectos conceituais e metodológicos. Da leitura em Ab'Saber (2003) sobre os *Domínios de Natureza no Brasil* e nos trabalhos de Ross (2005) acerca das unidades de relevo em Mato Grosso, resultou a reflexão contextual sobre o relevo mato-grossense aqui posta. Educar ambientalmente passa pela sensibilização e respeito da importância de ações ligadas à preservação e conservação do meio ambiente.

Da afirmação de Sato e Medeiros (2007) extraímos, reivindicação por uma educação ambiental emancipatória, inscrita no surrealismo: “[...] tudo que gera contradição ou dúvida pode também recriar a vida.”

Abordando o tema desta comunicação, centrado na geomorfologia / turismo diferenciado, o que buscamos são significados a essa relação.

2.1- O relevo como objeto de reflexão

A modernidade determinou uma mudança radical no modo de relacionamento dos seres humanos com o meio. Investindo cada vez mais nas possibilidades da era tecnológica, homens e mulheres deram início a um processo de exploração contínuo do meio ambiente, como se este fosse uma fonte inesgotável de

energia. O resultado foi a fragmentação do sujeito e a perda de identidade, entre outros danos.

Encontramos na abordagem dos *Domínios Morfoclimáticos* de Ab'Saber (2003), certa facilidade para compreender a interação entre os elementos da natureza, e no contexto o relevo terrestre. Em várias de suas obras, o autor referencia Mato Grosso como detentor de parte dos grandes domínios de natureza no Brasil, ressaltando-se: o amazônico, o cerrado e a faixa de transição do pantanal mato-grossense, área essa compreendida entre o domínio do cerrado e o domínio do Chaco Central.

Nesses termos destacam-se no relevo mato-grossense formas caracterizadas nos planaltos, depressões e planícies, descritas por vários autores, com destaque à versão de Ross (2005).

Considerando-se a possibilidade de muitas outras leituras da paisagem, além da convencional, citamos como exemplo artigos de educadoras mestras, nossas ex-orientandas, dos quais se extraem mostras do relevo mato-grossense na interpretação de olhares alternativos e diferenciados de jovens e adultos pantaneiros. Mostras de feições de relevo estão presentes nos textos: *Poética Pantaneira de Manoel de Barros*, no qual Maekawa (2008) traz a tona a sensibilidade do olhar das crianças da localidade de S. Pedro de Joselândia, no Município de Barão de Melgaço. *Engenhos de Rapadura, Turismo, Cultura e Educação Ambiental*, de _Souza (2008) que comenta sobre os engenhos de rapadura na visão de moradores da comunidade ribeirinha de Praia do Poço, no Município de Santo Antônio de Leverger. *Festas Pantaneiras: o profano e o religioso em Poconé*, de Pinto (2008), mostrando aspectos da religiosidade na cultura poconeana entrelaçada com peculiaridades regionais.

Queiramos ou não, nessas descrições do cotidiano pantaneiro, ficam estampadas as relações entre relevo, uso da terra e cultura, situando-se o educador como um mediador de relações socioeducativas.

Retomemos Ab'Saber (2006, p. 58), outro mediador, educador e geomorfólogo ao referir-se as áreas úmidas pantaneiras:

O Pantanal Mato-Grossense - pela sua posição de área situada entre pelo menos três grandes domínios morfoclimáticos e fitogeográficos sul-americanos - funciona como uma imensa depressão aluvial-tampão e, ao mesmo tempo, como receptáculo de componentes bióticos provenientes das áreas circunvizinhas. Nesse sentido, como acontece com todas as faixas de transição e contato, o pantanal Mato-

Grossense se comporta, em termos fitogeográficos, como um delicado espaço de tensão ecológica. Em termos zôo-geográficos, devido à sua extraordinária diversificação de habitats e potencialidades de cadeias tróficas, ele funciona como centro de concentração competitiva, numa espécie de réplica às áreas de difusão. Fato que redundava em uma riqueza que, de resto, deve ser preservada a qualquer custo, independentemente da existência de governantes e tecnocratas insensíveis e cooptantes com a predação.

Nesses exemplos, notamos maneiras diferentes de apreender e expressar o meio, mas sem deixar de contestar o modelo de exploração do ambiente, seja no meio natural, econômico, seja cultural.

2.2 – Por que defender o turismo diferenciado?

Em face dos fatos atrativos turísticos do Estado, defendemos o turismo diferenciado, que se contrapõe ao interesse utilitarista do turismo massificante. O turismo diferenciado (eco, cultural e rural) pressupõe um público educado e informado, capaz de valorizar os bens patrimoniais e as comunidades locais e de respeitar suas potencialidades e limitações.

A atividade turística de Mato Grosso não se dissocia dos problemas da economia mundial, que refletem no cotidiano do cidadão, imprimindo-lhe ideologia da “necessidade de lazer.” Esta prática vem incentivando o turismo de forma desordenada e, conseqüentemente, provocando impactos diversos.

Nos *planaltos e serras* mato-grossenses, ecoa um apelo constante à preservação do meio ambiente. Como se lê em Bordest et al. (1997, p.91):

No turismo paisagístico, as formas de relevo exuberantes, esculpidas ao longo dos tempos geológicos, e a riqueza de mananciais hídricos em bordas de planaltos e serras, atraem visitantes do mundo inteiro. Estas são áreas com diferentes “níveis de fragilidade e suscetibilidade a riscos ambientais”, capazes de sofrer impactos de intensidades variadas, expondo tanto a comunidade fixa como os visitantes em situação de perigo, bem como o próprio patrimônio natural à degradação.

Ravinamentos, voçorocamentos, desabamentos de cabeceira de rios são algumas das marcas mais visíveis no relevo, além da poluição de aquíferos e nascentes, e da extinção de manifestações culturais, resultantes de ações humanas, danosas ao

ambiente, que geram ou aceleram os processos naturais em nome da prosperidade econômica.

A *depressão cuiabana*, acostumada a receber turistas procedentes de diferentes paragens e que buscam, entre outros atrativos, as ricas manifestações histórico-culturais, já vem sentindo os efeitos negativos de variadas atividades, inclusive do próprio turismo. As marcas estão nos assoreamentos ampliados, na intensificação da contaminação dos recursos hídricos, na poluição do ar, na depredação do patrimônio cultural etc.

No *pantanal*, a movimentação do turismo, motivado pelas belezas naturais, pela rica fauna das planícies inundáveis e pela cultura local em áreas de baixa altitude, e de fraca declividade, constituída de sedimentos arenosos, siltosos e argilosos trazidos dos planaltos a montante, também tem provocado impactos visíveis no meio físico-biótico (Bordest et al., 1997, p. 92).

Diante do reconhecimento e constatações de pesquisadores sobre a fragilidade de relevo, de problemas vivenciados por moradores e visitantes e de ocorrências catastróficas pelo mau uso do relevo, a proposta de se privilegiar o *turismo diferenciado*, vem ao encontro de apelos a viabilidade do turismo responsável, contrário ao turismo massificante, impróprio à elevada capacidade de carga e inviável em grandes extensões do território mato-grossense.

2.3-Desmistificação de citações generalizadas como verdadeiras

Frente a inquietação na relação sociedade-natureza, as reflexões voltadas à temática ambiental, acontecem mais freqüentemente no meio acadêmico, como nas questões de planejamento para uso e ocupação. Diante da complexidade de qualquer planejamento, também, no caso do referido Zoneamento socioeconômico-ecológico de Mato Grosso, emergem inúmeras interrogações quanto às intencionalidades implícitas nas formas de disciplinar as ações humanas que venham a modificar o ambiente.

Os resultados preliminares da pesquisa apontam para além da informação, a necessidade da sensibilização e realização de ações educativas que possam contribuir para a formação crítica dos sujeitos envolvidos, mediante processos reflexivos que pautam na discussão, compreensão e ação transformadora sobre as relações sociais de dominação, oferecendo novas interpretações sobre o relevo terrestre, como fator de interação entre elementos da natureza e indicativo de modos de apropriação e uso; a

desmistificação de citações que generalizam aptidões ao uso do relevo; e o conhecimento sobre a potencialidade ao turismo diferenciado: eco, rural e cultural.

Desse modo, citações inverídicas e alardeadas como verdadeiras devem ser repensadas e discutidas publicamente. Para citarmos alguns exemplos:

- “Topos de planalto podem ser apropriados para a agricultura, porque são planos e de fácil mecanização.” - Ao contrário, dispositivos da legislação civil e ambiental indicam topos de planaltos como indevidos ao uso quando houver aquífero, cabeceiras de nascentes e demais impedimentos de áreas de preservação permanente. Isso porque, ao chegar até às bordas do planalto, o uso intensivo de altas encostas florestadas prejudicam extensas áreas de solo e relevo, carreando elementos orgânicos, abrindo erosões, causando desabamentos e assoreamentos dos leitos de rios, ceifando vidas. Insensível aos apelos, trechos de floresta e cerrado sobre o planalto vêm sendo destruídos paulatinamente, com a expansão da agricultura e pecuária, que chegam a ser subsidiados e apoiado, oficialmente.

- “Queimadas são práticas culturais nos cerrados.” - Afirmação que ecoa como justificativa para atitudes incorretas de alarmantes índices de queimadas e derrubadas no território mato-grossense.

- “Turismo traz lucros e pode substituir atividades poluidoras em Mato Grosso.” - Outro equívoco. Algumas atividades, mesmo as ecoturísticas, podem causar danos ambientais, daí a importância de uma sólida formação educativa ambiental. Embora defendamos um turismo diferenciado aliado aos ensinamentos da educação ambiental, torna-se imprescindível o conhecimento de princípios norteadores para o bom uso do ambiente.

3 – Para Finalizar...

O Zoneamento Socioambiental-Ecológico no Estado, com base na realidade mato-grossense, aguarda a participação da coletividade para discutir sobre suas especificidades no contexto amplo de um mundo em globalização.

Importante experimentar e valorizar esse instrumento da política de planejamento e ordenamento territorial de Mato Grosso, que consolida uma base de conhecimentos integrada, apresentada em escala suficiente para identificar potencialidades, fragilidades e vulnerabilidades de seus espaços territoriais. Ao fundamentar um novo modelo de gestão, a participação da sociedade no processo torna-se indispensável, lembrando palavras de representantes do Governo do Estado na revista

Camalote (2008): “Esse projeto vai definir a vida das pessoas e o futuro do estado de Mato Grosso...” A reflexão sobre a questão relevo/turismo voltada para a função educativa, aqui apenas enunciada, merece aprofundamento. Porém, enquanto não se desvendam as máscaras dos grandes responsáveis (quem são, onde estão) pela aceleração dos problemas ambientais naturais, sociais e culturais de Mato Grosso, continua se agravando o efeito negativo das práticas destrutivas (desmatamento, erosão, assoreamento, poluição, seca, enchente, expropriação, fome, trabalho escravo, analfabetismo, crime), pois, dos predadores ambientais fala-se apenas de forma generalizada.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, Aziz. **Brasil: Paisagens de Exceção**. O litoral e o Pantanal Mato-Grossense, Patrimônios Básicos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

AB’SABER, Aziz. **Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BORDEST, Suíse Monteiro Leon (Org) **Tessituras da EA nas Paisagens Pantaneiras**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008.

BORDEST, Suíse Monteiro Leon. **Educação Ambiental No Viés das Feições Geomorfológicas e do Turismo Mato-Grossense. Seminário de Educação/2008**. Cuiabá: UFMT. De 16-19/11/2008. (CD room).

BORDEST, Suíse Monteiro Leon **Patrimônio Ambiental de Chapada dos Guimarães: Olhares e Possibilidades Turístico-Culturais**. MT: Cuiabá, MT: EdUFMT, 2005.

BORDEST, Suíse Monteiro Leon (Org). **Matutando Turismo**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 1997.

REVISTA CAMALOTE eco & turismo. Cuiabá: Primeira Página Editora, ano 02, edição 12, jul. 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental Crítica: Nomes e Endereçamentos da Educação**. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier. (Org.). **Identities da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

GRÜN, Mauro. **Em busca da dimensão ética da Educação Ambiental**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

LIMA, Cleiva Aguiar; COPELLO, Maria Inês. Educação Ambiental Desde o Enfoque Ciência/Tecnologia/Sociedade (CTS) – um possível caminho. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 2, n. 2, julho-dez, 2007, UNESP Rio Claro/Ribeirão Preto, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org) **A Questão Ambiental no Pensamento Crítico**. Natureza, Trabalho e Educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

MAEKAWA, Maria Ester G. P. A Poética Pantaneira de Manoel de Barros: uma vivência na escola. In: BORDEST, Suíse M. L. (Org.). **Tessituras da Educação Ambiental nas Paisagens Pantaneiras**. Cuiabá: EdUFMT. 2008

PINTO, Lina. Márcia C. S. Festas Pantaneiras: o profano e o religioso em Poconé. In: BORDEST, Suíse M. L. (Org.). **Tessituras da Educação Ambiental nas Paisagens Pantaneiras**. Cuiabá: EdUFMT. 2008

ROSS, Jurandir L. Sanches. Compartimentação Geomorfológica de Mato Grosso. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina S. (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso**. Território, Sociedade e Ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

SATO, Michèle; MEDEIROS, Heitor. Pela Revolução das Linguagens. (Prefácio). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. Brasília, Apoio REBEA/ MMA, nº 02, 2007.

SOUZA, Fátima Lourdes. Engenhos de Rapadura, Turismo Cultural e Educação Ambiental: Tradição e memória. In: BORDEST, Suíse M. L. (Org.). **Tessituras da Educação Ambiental nas Paisagens Pantaneiras**. Cuiabá: EdUFMT. 2008

SIMPÓSIO INTERNACIONAL (4). **O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente / 2008**. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG: UFU. De 17-19 de agosto de 2008. (Fascículo de Apresentação do Evento).